



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO DA 8ª REGIÃO
DIVISÃO DE EXECUÇÃO, MANDADOS, PESQUISA E LEILÃO
Tv. Dom Pedro I, 750 - Térreo, Umarizal, Belém - Pará, 66050.100
(091) 4008.7254/ e-mail: cexec@trt8.jus.br

DATA: 25 de março de 2022

LOCAL: Auditório do TRT8

HORA: 10h às 12h

COORDENAÇÃO: DRª AMANACI GIANNACCINI
Juíza Diretora da Divisão de Execução,
Mandados, Pesquisa e Leilão

PRESENTES: Lista de presença anexa a esta ata

PAUTA: 1- Participação dos Oficiais de Justiça no Plano de ações da DIEMP dentro do Programa de Efetividade na Execução, 2 - Sugestões para melhor aproveitamento das informações apuradas em diligência e 3- Homenagem ao Dia Nacional do Oficial de Justiça

ASSUNTO	ANDAMENTO
1- Abertura da reunião	A Dra. Amanaci abriu a reunião, dizendo que o foco desta primeira reunião é o planejamento estratégico e, que para isso, é fundamental a participação dos Oficiais de Justiça. Acrescentou que também gostaria de ouvir a ideia dos Oficiais, que podem se manifestar nesta ocasião ou posteriormente.
2 - Participação dos Oficiais de Justiça no Plano de ações da DIEMP dentro do Programa de Efetividade na Execução	A Dra. Amanaci informou que um dos projetos que está sendo desenvolvido pela DIEMP é o de um mutirão com o fito de fazer uma estimativa do valor de cada bem que ainda se encontra no Depósito Público, e, uma vez feito o levantamento da situação atual desses bens, a ideia é elaborar um relatório e enviar às Varas, propiciando a desocupação ordenada dos bens do Depósito Público. Outro projeto é a capacitação dos Oficiais de Justiça no uso das ferramentas eletrônicas, como o ARISP, a fim de facilitar o trabalho, pois há várias funcionalidades, a exemplo da consulta, que pode auxiliar o Oficial de Justiça no cumprimento do mandado. A Chefa da DIEMP, Ketiane Silva, ressaltou que, embora haja normativo do TRT* que dispõe sobre o uso de ferramentas eletrônicas pelas Varas, o Oficial de Justiça tem liberdade para o uso dessas ferramentas. A Dra. Amanaci disse que outras ideias podem ainda ser implantadas, como a obtenção do número de contato dos destinatários do mandado e e-mail, certificando-os; que a 1ª Vara do Trabalho de Belém já obtém essas informações na primeira audiência, que se o Oficial tiver dúvidas referentes a LGPD, pode

ASSUNTO	ANDAMENTO
	<p>colocar a certidão em sigilo. Acrescentou que outra ideia é obter a geolocalização da empresa ou outro destinatário. A Dra. Amanaci passou a palavra para os presentes, reiterando que os Oficiais de Justiça podem repassar as ideias que tiverem para a Chefa da DIEMP, pois "quando a gente trabalha melhor, trabalha menos". O Oficial Gilmar declarou que informou várias vezes a alteração de endereço das partes, mas as Varas não alteram; o Oficial Norberto disse que já fez alteração de endereço no PJe, pelo que ficou definido que será feita uma verificação se a atual versão permite; o Oficial Dionísio sugeriu que o advogado poderia colocar o número do reclamante da inicial, ou obter esse número na audiência; a Oficiala Gabriela disse que percebe que alguns advogados parecem não querer que os oficiais tenham contato com as partes e sugeriu que o PJe fizesse uma crítica exigindo esses contatos, também sugeriu que o Oficial de Justiça pudesse fazer certidão a qualquer tempo, não só quando estão com o mandado do processo, em ambos os casos a Dra. Amanaci respondeu tratar-se de questões do sistema do PJe, do qual não se tem ingerência direta, mas que poderia ser verificada a possibilidade com o Comitê do PJe. A servidora Cristina sugeriu que se solicitasse à Corregedoria uma recomendação à Central de Atendimento para a obtenção do contato de telefone e e-mail dos reclamantes/reclamados. A Oficiala Alice sugeriu que se colocasse o perímetro e um contato alternativo (mãe, pai ou outro). Os Oficiais Paulo Bogéa e Ivanildo relataram as situações ocorridas durante algumas diligências no Tribunal de Justiça do Estado do Pará que vêm dificultando o cumprimento, como: 1-Os mandados que estão sendo enviados para cumprimento de diligências nas diversas varas cíveis do TJ/PA apresentam termos que causam embaraço, em face das destinatárias serem também órgãos do judiciário, tais como: autorização para o oficial de justiça solicitar apoio policial e o descumprimento da ordem tipifica crime de desobediência; 2-Os mandados de diligência já não estão sendo mais recebidos em algumas das varas cíveis, sendo necessário o protocolo dos mesmos na Unidade de apoio ao PJE do TJ/PA; 3-Alguns mandados de diligência estão sendo expedidos sem a numeração referente ao processo ao qual se busca informações, o que impede inclusive o protocolamento dos mandados em apreço; 4-Em vista de que as varas cíveis não vêm respondendo aos mandados de diligência oriundos desta Justiça Especializada, algumas varas trabalhistas já estão determinando aos Oficiais de Justiça do Trabalho que se dirijam à Corregedoria de Justiça do TJ/PA para apresentar reclamação, o que coloca o trabalho destes servidores em um grande embaraço, uma vez que se trata de uma situação a ser resolvida entre ambas as instituições. Dra. Amanaci informou que dará</p>

ASSUNTO	ANDAMENTO
	encaminhamento às questões colocadas pelos Oficiais, no que concerne à Corregedoria, ao Comitê do PJe e verificações no sistema, ainda reiterou que quer incorporar todas as boas ideias. Em seguida, passou para o último item da pauta.
3- Homenagem ao Dia Nacional do Oficial de Justiça	A Dra. Amanaci leu um texto em homenagem aos Oficiais de Justiça. A Chefa da DIEMP sorteou um livro com histórias de Oficiais de Justiça e, em seguida, a Dra. Amanaci encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, a presente reunião foi encerrada, sendo lavrada a respectiva ata pela Assistente da Divisão de Execução, Mandados, Pesquisa e Leilão, que, após lida e achada conforme, vai assinada pela Exma. Juíza Diretora e demais membros.

As assinaturas serão substituídas pelos comprovantes de envio do e-mail aos presentes.